

NÃO COLA, FALTA ÁGUA!

Diante do grave colapso hídrico que atinge São Paulo e outros estados do sudeste, duas questões são colocadas de forma insistente por setores da mídia e, principalmente, pelo governo de São Paulo. Uma aponta como o vilão da falta de água o clima. A outra, consequência da primeira, enfatiza a necessidade, urgente, de economia no consumo de água doméstico por parte do consumidor.

Entretanto, pouco se discute, a fundo, as políticas do estado de São Paulo para o setor onde o problema se instalou.

Na capital, o governo não investiu em uma política de preservação e recuperação dos mananciais existentes, como a Billings, Guarapiranga e Cantareira, os quais se encontram degradados, por falta de controle da expansão urbana. A cobertura vegetal destes mananciais, fundamental para a regulação do clima e produção de água, está bastante destruída.

A Billings, pelo seu tamanho e proximidade da capital, deveria ser o primeiro reservatório a ser recuperado. Sua água de má qualidade, devido a urbanização predatória e ao bombeamento de água poluída do Rio Pinheiros para geração de energia na usina de Henry Borden em Cubatão.

Outro ponto fora da ordem do dia refere-se a SABESP, empresa mista controlada pelo Governo Estadual, seu acionista majoritário, a qual passou a implantar políticas de gestão privada, ao colocar ações na Bovespa e na Bolsa de Nova York. Só em 2013, foram R\$ 534,20 milhões para remunerar acionistas, apesar da carência de recursos para investir em saneamento.

Tratando-se de gestão de demanda, o Estado não aplica uma política que priorize o reuso de água não potável (doméstica, industrial e comercial), a instalação de hidrômetros em apartamentos, substituição de equipamentos sanitários com elevado consumo e combate a prática agrícola predatória e ao índice de perdas de água, principalmente, em cidades do interior.

Medidas adotadas pelo Governo (utilização do volume morto, remanejamento de água entre os reservatórios) não consideram a hipótese de um colapso total do sistema de abastecimento, o qual permanece na dependência da incidência de chuvas nos próximos meses, cuja previsão não é das melhores.

As obras ditas “emergenciais”, anunciadas pelo Governo Estadual (construção do sistema São Lourenço, na bacia do Ribeira do Iguape, remanejamento de água da bacia do Rio Paraíba do Sul para o sistema Cantareira, exploração da

água subterrânea do aquífero Guarani) não podem ser consideradas como tal, uma vez que, se não atrasarem, só serão concluídas dentro de 3 a 4 anos.

Óbvio que desperdício de qualquer natureza deve ser evitado, principalmente, o de água, bem imprescindível para a vida no planeta. Porém, o uso da mídia pelo Governo, na tentativa de transferir a responsabilidade para São Pedro e para o cidadão comum, aplicando multas e apenas reforçando o uso racional da água por parte da população é, no mínimo, atitude de cinismo descarado.

Há mais de 10 anos, o Governo tinha informação técnica a respeito da seca à médio prazo.

Não dá para o Estado alegar que não sabia – argumento utilizado por Presidente(a) e dirigentes de estatais – em tempos de corrupção desenfreada.

Não cola, falta água!

Décio Moreira Neto

Engenheiro Civil, pós graduado em engenharia de recursos hídricos

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do SAAE de Jacareí